



Presidente **p.6**

“Sabemos o que anos de laxismo causaram no País”



Parlamento **p.20**

Governo, BE e PCP sem coragem para assumirem cortes

Povo Livre



nº 1977

12 de julho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Cativações foram o plano B do Governo

Pedro Passos Coelho esteve no 43.º aniversário da JSD em Azeitão



O presidente do PSD na apresentação da candidatura de Ângelo Pereira à câmara municipal de Oeiras

“Não temos Governo”

Que “não sigam este mau exemplo que vem sendo dado ao País”, afirmou, dia 4, Pedro Passos Coelho na apresentação da candidatura de Ângelo Pereira à Câmara Municipal de Oeiras. “Os últimos tempos deixaram muito nítido que não temos no País uma solução de Governo completa”, justificou o presidente do PSD, reforçando que existe a “convicção de que só temos meio Governo”.

Segundo o líder social-democrata, existe um “meio Governo que sabe lidar bem com o sucesso, depois falta a metade que tem de revelar um sentido estratégico e lidar com o imprevisto”. Afirmou, assim, que “se só temos metade e se é a que menos falta faz, então podemos concluir que não temos Governo”.

Pedro Passos Coelho reconhece “que não fizemos tudo bem, nem que fizemos tudo”, motivo pelo qual, e aquando das eleições legislativas de 2015, o PSD alertou para a necessidade de “avaliar reformas que foram feitas” e, assim, procurar desenvolver “uma vaga de reformas” do Estado. Veio a verificar-se, contudo, que foi mesmo o próprio Estado “quem mais falhou nas últimas semanas”. Na verdade, “cabe ao Estado assegurar a segurança das pessoas”, bem como a sua defesa ou a justiça, reforçou. Quanto à existência, ou não, de responsabilidades do atual Executivo, isso perceber-se-á “a seu tempo”.

“Políticas para ter um Estado que responda aos imprevistos são cruciais”

Pedro Passos Coelho quis, em Oeiras, alertar que “as políticas para ter um Estado que responda perante os imprevistos são cruciais”. Tal como lembrou, a Proteção Civil deve funcionar e de forma a abranger todos os cidadãos, o mesmo se aplica à segurança e a muitas outras áreas essenciais ao País.

Verifica-se, contudo, que “hoje há razões para que as pessoas se sintam menos tranquilas”, afirmou, salientando que “não há explicações” para o que tem acontecido. “Não me venham dizer que não podemos falar disso, porque se a política não pode falar não tem sentido”, referiu uma vez mais, lembrando a necessidade de dar respostas aos cidadãos.



As restrições existem e contrariam prosápia de quem governa

Pedro Passos Coelho criticou quem hoje está no Governo, sobretudo por ter dito que “tinha uma alternativa melhor” àquilo que era o caminho seguido pelo executivo anterior “e que visava responder às prioridades do Estado” e, simultaneamente, “garantir a sua sustentabilidade”. Para o líder social-democrata “não faz sentido comparar o tempo que vivemos hoje, com 2011, 2012 e 2013”. Disse ser “absurdo” confrontar anos “em que não havia dinheiro” com dias em que já “temos escolha, porque fizemos [PSD/CDS-PP] o que era preciso para vencer a bancarrota”. Tal como denunciou: “o que é verdade é que temos restrições”, pelo que “era ótimo que se pudessem discutir prioridades e acabar com a prosápia” de quem governa.

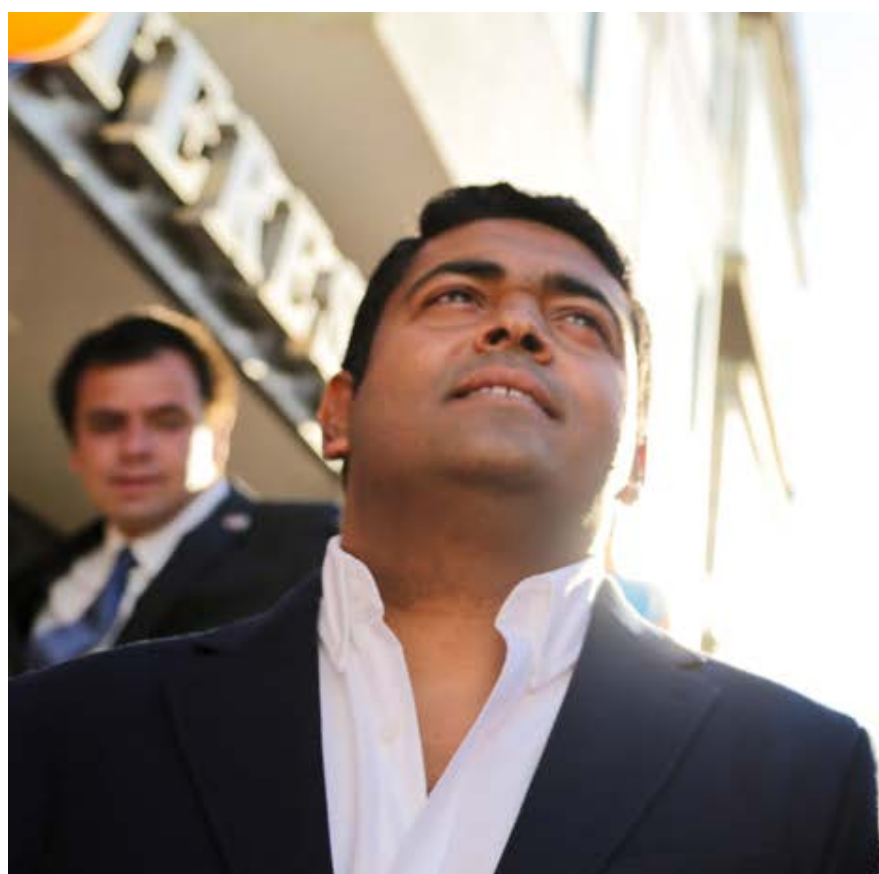
“Este orçamento, como o do ano passado”, já foi feito pelo PS, PCP, BE e PEV. “Diziam que tinham marcado a mudança da austeridade para a prosperidade”, salientou Pedro Passos Coelho para, logo, fazer uma denúncia. “Este Governo escolheu recuperar mais rendimento, mas não tem dinheiro para pagar aos bombeiros o que lhes deve, aos especialistas que faltam nos centros hospitalares, para investir na infraestrutura nuclear das funções do Estado”. “Quando mascaramos a realidade ela cai-nos em cima de forma muito dura”, afirmou.



O presidente do PSD aconselhou o Governo a não olhar “para o Orçamento de 2018 como uma arma para fazer política de retórica”, pois é cada vez mais evidente “o que falta”. “Quis-se ignorar a realidade tal como ela é”, referiu, acrescentando que “as pessoas sabem que as soluções não são fáceis” e que “é importante que possam ser preparadas e executadas de acordo com as prioridades”.

PSD propõe fundo de indemnizações

Pedro Passos Coelho defendeu não haver razão para que o Estado fique à espera do resultado das investigações para “criar um fundo de indemnização para as famílias das vítimas” da tragédia de Pedrógão Grande. Defendeu-o no Parlamento e, passada uma semana, “o Governo não fez nada”. Por isso, e considerando que o Executivo não decidiu avançar com a proposta, o PSD vai procurar apoios, no Parlamento, para avançar com uma iniciativa através da qual seja possível criar “rapidamente” o fundo de indemnizações. “Não há nenhuma razão para as pessoas ficarem à espera das conclusões dos relatórios e saber se o Estado tem ou não a ver com a concessionária que gere aquelas estradas. Não temos de obrigar as pessoas e as famílias a passar por esse calvário”, sublinhou.



Autárquicas: equipas precisam de “ter as prioridades certas”

Também no que aos municípios diz respeito, as equipas precisam de “ter as prioridades certas”, reiterou Pedro Passos Coelho. Disse estar a apresentar, com Ângelo Pereira, “uma solução de futuro para Oeiras”. Desejou que seja possível libertar o concelho “do jogo político” e “das velhas soluções”, de forma a colocar o município “numa perspetiva mais aberta”.

Pedro Passos Coelho afirmou, ainda, que “os partidos têm de estar muito abertos à sociedade, aos independentes” e que “no plano local, as pessoas têm mais facilidade em identificar os interesses locais, para além do interesse partidário”. Referiu que “damos hoje uma lição de humildade democrática”, ao admitir que, em Oeiras, “a disputa não vai ser fácil”. Contudo, e tal como acrescentou, “é uma disputa a pensar no melhor” para a comunidade.



Pedro Passos Coelho na apresentação da candidatura de Carlos Silva à câmara municipal da Amadora

“Sabemos o que anos de laxismo causaram no País”



“Nós sabemos o que é preciso, no nosso País, para podermos viver com mais justiça, liberdade e responsabilidade”, afirmou na quarta-feira, 5 de julho, Pedro Passos Coelho, na apresentação da candidatura de Carlos Silva à câmara municipal da Amadora. De acordo com o líder social-democrata, “o PSD e o CDS-PP podem hoje representar para o País uma promessa efetiva, com provas dadas, de que é a pensar no futuro que se deve governar, não apenas a pensar nos eleitores a cada eleição” que se aproxima.

Pedro Passos Coelho avisou, uma vez mais, para a necessidade de uma agenda reformista que, contudo, “não se vislumbra nem de perto, nem de longe com esta solução” governativa. Teceu duras críticas ao Governo, pois, ao focar-se apenas em “resultados económicos favoráveis”, não está a fazer “o essencial para acautelar o futuro”.

Segundo afirmou, o PSD “faz os possíveis para que, um dia, o País possa fazer uma opção diferente da que temos vivido”. Justificou a sua afirmação com “os últimos acontecimentos” que “mostraram dramaticamente que, quando não levamos a sério as políticas do Estado, quando andamos apenas à caça dos votos e os políticos se focam naquilo que julgam que é mais popular, um dia a realidade caiu-nos em cima da cabeça”.



Pedro Passos Coelho alertou para o perigo das “realidades virtuais”. “Sabemos, infelizmente, o que anos de laxismo e ilusionismo causaram no País”, recordou. Disse ser impossível não se “lembrar do que impôs” as políticas de austeridade. “Estávamos à beira da bancarrota porque, anos e anos a fio, se viveu no ilusionismo da desorçamentação, do faz de conta”. É, por isso, que defende que “falar do passado” pode ser “muito ilustrativo”, sobretudo se “quisermos aprender” com ele.

O presidente do PSD insistiu, assim, na necessidade de contrariar as “políticas ilusionistas”. Referiu-se à audição do ministro das Finanças, no parlamento, em

que o próprio “quis explicar, com soberba, como se consegue um défice de 2%”, que “as cativações não eram senão um instrumento útil” e, ainda, insistir que “não houve cortes cegos”. “Eles só fazem cortes inteligentes”, ironizou.

O líder do PSD desafiou o Governo a dizer onde foram feitos os mil milhões de euros de cativações. “Soubemos, agora, que, afinal, as cativações foram em quase mil milhões de euros. O que é que se cortou? Porque é que não dizem? O que é que estava planeado e não se fez?”, questionou, precisando que a Conta Geral do Estado de 2016 permitiu perceber que “as cativações definitivas

foram de quase mil milhões de euros”.

“Querem convencer-me que se corta sem tocar na saúde, na educação, na defesa ou na administração interna”, salientou. “Custa-nos ver altas figuras do Estado dizerem aldrabices”, acrescentou, questionando o motivo pelo qual não fazem uso da transparência. Desafiou, portanto, o atual Executivo a dizer onde foram efetuados os cortes.

Pedro Passos Coelho reiterou que o atual Executivo apenas dá a conhecer as boas medidas, como a redução do IVA na restauração, o aumento das pensões ou, ainda,



a reposição dos salários da função pública. “Mas isso não tem consequências?”, perguntou. “Quais foram as outras escolhas?”, insistiu. “Açam que, enquanto não as disserem, elas não existem. Existem, e têm consequências”, avisou.

Anterior executivo deixou plano com prioridades a ser cumprido no SIRESP

Passos Coelho citou como exemplo o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança em Portugal (SIRESP). O anterior executivo solicitou uma auditoria à KPMG, a qual veio a indicar que “estava em falta o reforço de comunicações móveis”. Segundo explicou, “ainda em 2015, fizeram-se os procedimentos concursais para adquirir o que estava em falta, fez-se um plano para responder às insuficiências, havia um plano com prioridades que estava a ser cumprido”. Assim sendo, “porque é que, dois anos depois, coisas que já deviam estar feitas não estão? Será que não houve dinheiro e o ministro das Finanças decidiu que a despesa não era urgente?”, questionou. Uma eventual resposta por parte do Governo pode vir a ajudar a apurar “se há, ou não, responsabilidade política” na falha de comunicações recentemente ocorrida.

“Este é o problema que temos”, considera o Presidente do PSD, e passa pela inexistência de transparência. Segundo denuncia, a atual solução governativa “quer conquistar os eleitores, atirando cortinas de fumo”.

Referiu-se, ainda, às notícias que deram conta de uma investigação em curso a propósito de Tancos, dizendo que existia informação que “podia denotar a eventualidade de um furto ocorrer”. Perguntou: “é verdade ou não?”. “Se não, que se esclareça para que as pessoas que publicam possam fazer um juízo objetivo sobre as suas fontes”, referiu. Caso a informação seja verdadeira, “o que é que fizeram as instâncias? Foi reportado ao Governo? O que fez o ministro da Defesa?” Para Pedro Passos Coelho, “há uma série de acontecimentos que se encadeiam e cuja responsabilidade política exige esclarecimento”. Se o ministro não se pode pronunciar, “então quem pode?”, inquiriu.



“Liderança e estratégia políticas têm de fazer sempre parte de qualquer governo”

O PSD tem vindo a alertar para a intranquilidade e desconfiança que se estão a gerar nas pessoas e que têm que ver com o “núcleo essencial do que são as funções do Estado”. Tal como lembrou, “liderança e estratégia políticas têm de fazer sempre parte de qualquer governo”. Avisou que outras situações se podem vir a verificar “em consequência da ausência” daquela parte do Governo capaz de lidar com as situações mais difíceis e “que não existe”.

Pedro Passos Coelho reforçou a necessidade de se fazer um “exercício sério sobre a reforma do Estado, porque isso interessa a todos os partidos e a todos os cidadãos”. Tal como lembrou, “podemos ter perspetivas diferentes sobre o que é importante, sobre o modelo, o que não podemos é negar a necessidade de confrontar as decisões e de tomar opções”. Disse ser “irresponsável estar a empurrar com a barriga”.

Mobilização dos abstencionistas

Pedro Passos Coelho recordou quando, também ele, se assumiu como candidato à câmara municipal da Amadora. “Faz justamente 20 anos”, afirmou, lembrando que, então, a governação da CDU não deixara uma boa herança. “Vinte anos depois, o Partido Socialista oferece um legado que não é muito diferente”, disse, explicando que quer Carlos Silva, candidato à presidência da autarquia, quer João Paulo Castanheira, candidato à Assembleia Municipal, são pessoas que podem “realmente fazer a diferença” e que têm muito presente que é necessário criar condições “para que as pessoas possam viver com mais segurança, qualidade e bem-estar”.

O presidente do PSD apelou, ainda, à mobilização daqueles “que não costumam votar” por, à partida, acharem “que não há razão para esperar que do seu voto pudesse suceder uma alteração”. Afirmou, por isso, que “vale a pena vir votar para mudar as coisas”. Logo, é objetivo de quem se candidata garantir que “o voto não será desperdiçado”. Disse, ainda, que “está na hora do Partido Socialista ceder o seu lugar para que as pessoas possam escolher um futuro na Amadora”.





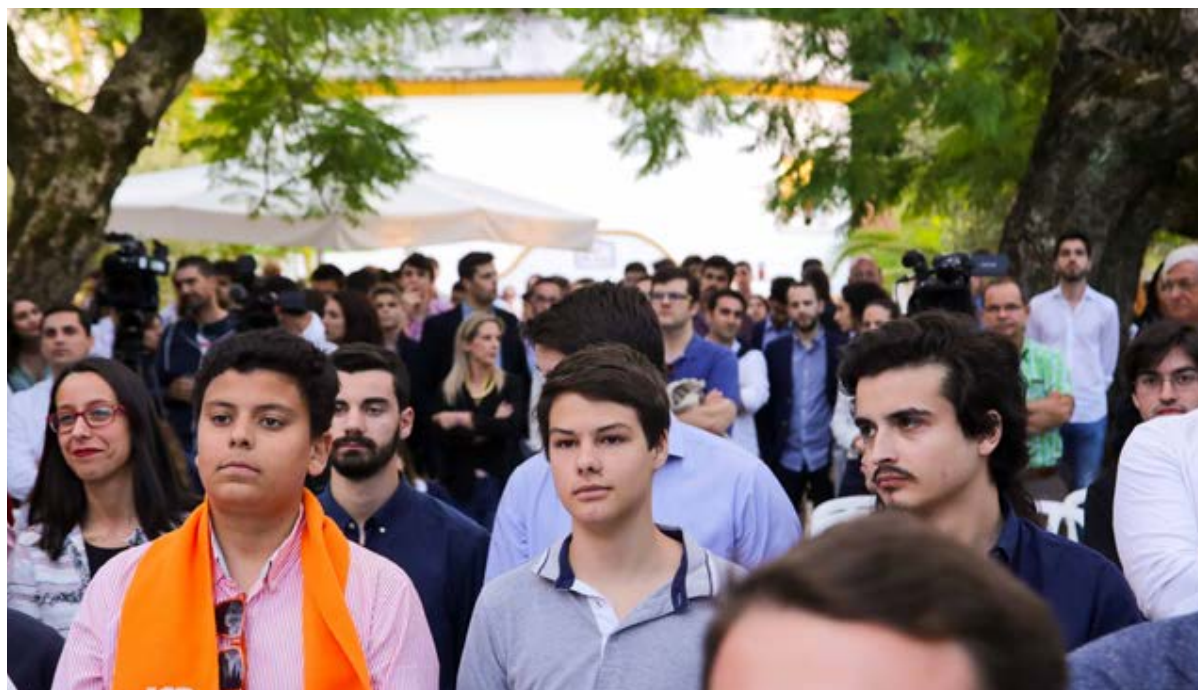
Pedro Passos Coelho no 43.º aniversário da JSD

Cativações foram o plano B do Governo

As cativações foram o plano B do Governo e vêm demonstrar a falta de transparência do executivo para com os portugueses. Pedro Passos Coelho acusou o Governo de não atuar de forma estratégica no caso de Tancos e apenas se preocupar com a imagem que transmite. O líder do PSD considera que Executivo de António Costa está desorientado e sem resposta pronta para os problemas do país.

Na cerimónia do 43.º aniversário da Juventude Social Democrata (JSD), sábado, 8 de julho, em Azeitão, distrito de Setúbal, o presidente do PSD lembrou que “o Governo tinha uma política orçamental que não era exequível, a não ser que pusesse em prática um plano B”, que “vemos nos quase mil milhões de euros de cativações” que a conta do Estado revelou e que estão apenas ao nível das cativações “feitas num governo que foi de José Sócrates para ver se se evitava o abismo”.

“Passou-se aquilo que o PSD tinha dito que se ia passar, sem tirar nem pôr. Já não há nenhuma forma de escamotear isto. O Governo tinha uma política orçamental que não era exequível, a não ser que pusesse em prática



para Portugal não esteve assim tão mal”, descreveu, concluindo que “o corte do investimento público só pode resultar da necessidade de usar a variável investimento para garantir o défice”.

Pedro Passos Coelho manifestou-se satisfeito pelo cumprimento do défice de 2%, em 2016, até porque o sucesso daquela meta resulta de um trabalho feito nos últimos seis anos, um percurso que se iniciou com o pedido de resgate, e do qual constou a saída da troika de Portugal, em 2014, assim como o início da recuperação do crescimento económico, no ano anterior. “Eu fiquei satisfeito; sem isso talvez não tivéssemos saído do Procedimento por Défice Excessivo, mas não me venham dizer que há transparência na forma como o Governo governa, pelo contrário, continuam a negar os números e as opções que fizeram”. “Quer dizer”, rematou, “continuam a enganar as pessoas”.

O PSD alertou, desde o início, que as medidas que o Governo implementou teriam de encontrar uma compensação. “Vieram com cativações, com a quebra do investimento, com medidas extraordinárias e, hoje, é fácil fazer as contas” porque, sem estas políticas de compensação, o défice teria ficado perto de 3,4%.

um plano B. E é um plano B que nós vemos: nos 1.000 milhões de cativações (...) Mas não me venham dizer que há transparência na forma como o Governo governa, pelo contrário! Continuam a negar os números e as opções que fizeram. Quer dizer, continuam a enganar as pessoas. Já não há nenhuma forma de escamotear” a estratégia orçamental do Governo: “acabou a retórica” quando os portugueses conheceram, esta semana, a Conta Geral do Estado de 2016, acusou Pedro Passos Coelho.

“Estamos ao nível de 2010, portanto”, concluiu Pedro Passos Coelho, relatando a travagem “a fundo” que o Governo fez no investimento público, sendo por isso “extraordinário ouvir o ministro das Finanças – não ouvimos o primeiro-ministro, ouviremos na próxima semana – e outros membros do Governo dizerem que não se passou nada, não houve plano B, as cativações afinal são só um instrumento para garantir que os objetivos do Orçamento são alcançados”. O líder social-democrata recordou ainda a narrativa inicial da equipa de António Costa: “o desinvestimento foi muito explicado pela falta de transferência de fundos europeus” e, assim, “o investimento, no ano passado, só tinha caído porque o incompetente governo que o precedeu não tinha criado condições para que os fundos europeus pudessem ser executados no Portugal 2020, senão teríamos tido imenso investimento”. “Afinal, parece que a transferência de fundos da União Europeia





Aconteceu o que o PSD sempre disse que aconteceria, resumiu Pedro Passos Coelho, antes de desafiar o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português a definirem as suas posições. É que BE e PCP, “que já votaram dois orçamentos deste Governo, vêm dizer que se sentem um pouco enganados porque afinal a conta do Estado mostra um Orçamento diferente do que eles votaram”. “Sentem-se enganados mas apoiam na mesma esta estratégia orçamental?”, questionou, avisando que o caminho traçado pelo Governo só pode continuar a ser cumprido com o apoio daquelas forças políticas, sendo portanto as opções governativas da responsabilidade de PS, PCP e BE.

“O que nós queríamos”, lembrou, “era que pudessemos recuperar os salários gradualmente, dando às pessoas condições de trabalho razoáveis” e garantindo “que as políticas públicas pudessem funcionar com qualidade razoável”. Hoje, porém, acontece o oposto como resultado das cativações. Na defesa, na segurança interna, na

saúde e na educação, “o que vemos é que cada vez mais serviços funcionam com enormes dificuldades” e os trabalhadores daquelas áreas, que, nos anos mais difíceis do ajustamento, “conseguiram superar essas dificuldades”, hoje enfrentam fortes constrangimentos. Como exemplo, Pedro Passos Coelho referiu que o ministério da Defesa teve um orçamento, em 2016, que foi praticamente o mesmo de 2012, “quando não havia dinheiro”, e com a complacência dos que antes acusavam o governo do PSD de não gastar o suficiente. “Hoje, sabemos tudo isto e não há ninguém no Governo que consiga explicar e assumir estas responsabilidades, vivemos com um governo dissimulado” que nega os números e rejeita a realidade, rematou.

Mas “quando não olhamos para a realidade como é”, ela acaba por entrar “pela casa adentro sem pedir licença”. “E quando entra, os políticos que estão no Governo parecem umas baratas tontas a explicar mas sem conseguirem dizer às pessoas por que é que aquilo acon-

teceu”, recusando-se a assumir as responsabilidades.

Neste momento, Portugal perdeu um ano, podendo sem isso ter já conseguido que a dívida pública deixasse de ser considerada lixo pelas agências de notação financeira. “Essa era a perspectiva que existia já a partir de 2014, assim se confirmasse o caminho que estávamos a seguir com o que viesse a ser escolhido a seguir às eleições”. A antecipar o debate sobre o estado da Nação que o Parlamento, Pedro Passos Coelho lembrou que a melhoria da classificação da dívida portuguesa “é a última coisa que falta” para “podermos dizer que regressámos a um ambiente de maior normalidade”.

Pedro Passos Coelho lembrou, porém, que foi num ambiente de normalidade que Portugal foi conduzido à pré-bancarota. “Era uma normalidade que escondia as nossas fragilidades” e, por vezes, “acrescentava problemas àqueles que tínhamos”, apesar dos alertas que muitas vezes foram lançando. “Mas o poder vigente achava que isso não eram notícias que se devesse dar às pessoas, era uma forma pessimista de ver a realidade”, ironizou.

Agora que nos aproximamos desse regresso à normalidade, alertou Pedro Passos Coelho, ainda temos uma dívida muito elevada, uma economia que deve tornar-se mais aberta e mais competitiva, um nível de produtividade de alguém do necessário, um investimento externo que precisa de ser mais forte. Mas precisamos também de erradicar e não regressar às más práticas que, no passado, encobriram aquelas situações pré-bancarota. “Aos poucos, à medida a que vamos voltando à normalidade, conduzidos pela solução política que temos hoje, vamos regressando paulatinamente às más práticas, aos maus hábitos e vícios que estiveram na origem dos erros”.

Portugal precisa, pelo contrário, de “ser um país em que aqueles que têm mérito e que têm boas ideias, possam financiá-las sem para isso precisarem de andar a fazer favores ao poder político, de fazer vénias ao poder económico” para alcançarem financiamento para os seus projetos. Para o líder do PSD, que falava a uma plateia maioritariamente jovem, essa “é uma condição basilar para podermos ser realmente uma sociedade mais justa e mais desenvolvida”.

Na nova geração política que a JSD representa, Pedro Passos Coelho vê a esperança de que possa trazer

a Portugal uma nova prática política que vê, no País, a possibilidade de “ser um dos países mais competitivos e mais produtivos do mundo”. Querer sê-lo não passar apenas por afirmá-lo, avisou o líder do PSD, acusando o atual governo de não acreditar nesse objetivo porque, se o fizesse, estaria a tratar das reformas necessárias para lá chegar.

Mas “este Governo só quer que o Partido Socialista ganhe as próximas eleições autárquicas e que os ministros e o primeiro-ministro sejam suficientemente populares para, se for preciso, arranjam uma forma de livrarem do BE e do PCP e poderem ganhar”.

Ministros “desfilam” no palco da tragédia

O Governo age de forma descoordenada perante situações que, sendo inesperadas, deveriam ter “uma resposta pronta e esclarecida” do Executivo, considerou Pedro Passos Coelho. Mas essa resposta parece surgir apenas da Oposição já que coube ao PSD, através do seu presidente, propor ao primeiro-ministro que o Governo criasse rapidamente um veículo para indemnizar as vítimas de Pedrógão Grande. Foi “há quase 15 dias no Parlamento”, lembrou o líder social-democrata, assegurando que “o Governo pode fazê-lo de uma forma muito rápida”. Mas essa resposta vai ter de ser criada pelo Parlamento, “porque o Governo tem tempo para desfilarem em Pedrógão Grande mas não tem tempo para aprovar uma disposição que ofereça às famílias a garantia



de que vão ser indemnizadas prontamente”.

“Vemos a descoordenação imensa que o Governo mostrou nos primeiros dias” da tragédia “e agora, todas as semanas, quase não há ministro que não desfile por aquela zona a mostrar-se no palco das preocupações”, acusou Pedro Passos Coelho. Para o líder da oposição, o Governo não faz mais do que “mostrar-se”, pois não tivesse sido “a solidariedade da sociedade civil”, das pessoas e das instituições, “ainda hoje haveria carências muito importantes para suprir”. “Este passeio dos

ministros destina-se a mostrar que o Estado está a fazer alguma coisa de substancial”, “mas não está”, rematou.

Acresce que, várias vezes, o Governo “tentou transferir a responsabilidade da forma como o SIRESP não funciona, para o governo anterior” apesar de ter hoje como primeiro-ministro “a pessoa que, como ministro da Administração Interna, contratou este sistema de comunicações para o Estado”! E “não há explicações a dar”?

Quanto ao roubo de material militar em Tancos,

verifica-se a mesma postura do Governo. “Ouvem-se justificações atrás de justificações e depois, no fim, o que fica é a ideia de que o Governo está mais preocupado em oferecer uma explicação”. E “os cidadãos ficam a perguntar de que lhes serve um governo que só está preocupado com as explicações, por vezes contraditórias, mas que não atua de forma estratégica profunda a pensar no futuro”.

Para Pedro Passos Coelho, em causa está a necessidade já sinalizada pelo seu governo de prosseguir a verdadeira reforma do Estado, já que incidentes como o de Tancos revelam que existem problemas estruturais, além das responsabilidades que podem existir. “Depois de tudo o que ouvimos e lemos”, não há a “sensação de que alguma coisa não está bem naquela infraestrutura, numa área crítica do Estado?”, questionou. É que a reforma do Estado, descreveu o responsável, “serve justamente para que o Estado” possa transmitir “tranquilidade e confiança aos cidadãos” e não apenas nas áreas sociais mas também noutras áreas nucleares, como a segurança, a defesa e a justiça.

Pedro Passos Coelho defendeu a necessidade de uma “reforma do Estado” para garantir a melhoria de áreas nucleares como a “segurança, a defesa e a justiça, para dar tranquilidade e confiança aos cidadãos”.

Sobre a atuação do Governo, antes e depois da tragédia provocada pelos incêndios em Pedrógão Grande, Pedro Passos Coelho também foi bastante crítico sobre a capacidade de resposta do executivo governamental.

“Se não tivesse sido a solidariedade da sociedade civil, as instituições da sociedade, ainda hoje havia carências muito graves para suprir, porque o Estado não esteve onde era preciso, quando era preciso”, disse, lamentando também que o governo ainda não tivesse aprovado um mecanismo para garantir o pagamento de indemnizações às vítimas.

“Não era preciso esperar mais tempo para que se criasse um mecanismo para indemnizar as vítimas. De certa maneira sugeri isso ao primeiro-ministro há quase quinze dias no Parlamento. O governo tem tempo para desfilarem em Pedrógão Grande, mas não tem tempo para aprovar uma disposição que ofereça às famílias a garantia de que vão ser indemnizadas prontamente. Era isso que se esperava da ação do governo, mas é isso que a oposição ainda vai fazendo, porque o governo não o faz”, disse.

“Já ouviram de algum membro do Governo, ao longo destes dias, alguma referência a recuperar essa reflexão



estratégica e a pôr em marcha um processo de reforma do Estado que vá ao encontro da necessidade de oferecer segurança e confiança à generalidade dos cidadãos? Ninguém ouve uma palavra.”

Numa dura crítica à cultura política do atual governo, Pedro Passos Coelho explicou que, “no pico das dificuldades do País, o que o Partido Socialista quer saber é se a popularidade do Governo foi afetada, se as pessoas olham para ao Governo de outra maneira”. “Como olha o Governo para o País? Olha para o País como um somatório de eleitores ou como uma nação que se quer desenvolver e que quer ser melhor do que é hoje?”

Continuando, o presidente do PSD defendeu que, “se queremos ser melhores do que hoje, não podemos ter um Governo que manda para as escolas recomendações para que os alunos possam transitar de ano com cinco negativas!”.

Não podemos permitir que o Governo não tenha dinheiro, por virtude das suas escolhas orçamentais, para pagar a corporações de bombeiros as deslocações no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Pedro Passos Coelho considera que, “é por isso que esta solução que hoje nos governa é também uma solução cínica, porque aqueles que nos acusam de ter apertado quando não havia dinheiro – porque eles nos deixaram a bancarrota – querem que nos calemos quando apertam, porque querem gastar o dinheiro de outra maneira mas sem assumir como é que o gastam”.

A ameaça do regresso ao passado

O líder do PSD afirmou que “Portugal é um grande país” pela transformação conseguida nas últimas quatro décadas, mas advertiu para os perigos de um regresso ao passado, em que esteve três vezes à beira da bancarota.

“Aquilo que me parece é que, aos poucos, à medida que vamos voltando à normalidade, conduzidos pela solução política que lidera, ou que apoia o atual governo, vamos regressando às más práticas, aos maus hábitos, aos vícios que estiveram na origem dos erros que nos levaram aonde ninguém desejava que se tivesse chegado”, disse Pedro Passos Coelho.

“Depois de termos vencido os problemas financeiros que tivemos - quando nos despedimos da ‘troika’ em 2014 -, depois de termos conseguido sair do Procedimento por Défice Excessivo (PDE), o que só aconteceu este ano (...) conseguimos, por essa razão também, ter a economia a crescer. Só falta mesmo retirar a nossa dívida do lixo”, acrescentou Pedro Passos Coelho.

Convicto de que o país tem razões para estar satisfeito pelo sucesso alcançado nos últimos anos, porque “deixou de estar à beira do precipício”, Passos Coelho alertou para eventuais perigos da “normalidade” da atual governação, tal como aconteceu com o governo



de José Sócrates, que desvalorizava todos os alertas para os problemas que culminaram com mais um pedido de resgate, o terceiro de Portugal.

“Foi um ambiente de normalidade que nos conduziu ao precipício durante uns anos. Era uma normalidade que escondia as nossas fragilidades, as nossas vulnerabilidades e às vezes até acrescentava problemas àqueles que tínhamos”, disse o líder social-democrata.

Num discurso de 40 minutos, em que apelou aos jovens social-democratas para que se empenhem na construção de um futuro melhor para os portugueses e para o país, Pedro Passos Coelho disse ainda que ficará envergonhado se os magistrados portugueses decidirem manter a greve já anunciada, lembrando que, para um

partido da oposição, até seria muito mais fácil vir dizer o contrário.

“Era hoje muito fácil vir aqui dizer, por exemplo, que os magistrados estão cheios de razão e que o governo lhes devia fazer a vontade (...) mas o que aqui quero dizer é que terei vergonha no dia em que os magistrados deste país façam greve, porque quem está ligado a órgãos de soberania não pode fazer greve. Nem os membros do governo, nem os deputados nem os magistrados”, concluiu.

Órgãos de soberania não devem fazer greve

Na oposição e no poder, o PSD diz o que pensa não

mudando simpatias. Pedro Passos Coelho frisou, portanto, que seria fácil dizer hoje que “os magistrados estão cheios de razão” para agendar uma greve. “Mas terei vergonha no dia em que os magistrados deste País façam greve, porque quem está ligado a órgãos de soberania não pode fazer greve”, assegurou.

Pedro Passos Coelho defende que existem outras formas de fazer valer a voz dos magistrados, como existiam também caminhos alternativos para os professores que fizeram greve no “momento mais crítico da vida letiva” dos alunos, ou seja, os dias de avaliação.

EVAR
ORTUGA

ORTUGA

A SÉRIO

PSD



José Matos Rosa em Ourique

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na apresentação do candidato António Afonso à câmara municipal de Ourique, distrito de Beja, no dia 5 de julho de 2017.



Governo põe em causa serviços essenciais do Estado



O PSD alertou, em audições aos ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, que o caminho adotado pela atual solução governativa está a resultar na deterioração das funções centrais do Estado. Há, ainda, a questão da reforma florestal, em que os social-democratas aconselham o Executivo a “parar, pensar, conversar, decidir bem e começar a cumprir a lei”.

A insegurança que o País está a sentir, em resultado dos cortes e de cativações orçamentais nalguns serviços essenciais do Estado, e as insinuações que o primeiro-ministro fez a Pedro Passos Coelho, sobre procedimentos fiscais para “offshores”, dominaram a audição ao ministro das Finanças na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, esta quarta-feira, no Parlamento.

Começando por reconhecer que a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo (PDE) “é positiva”, Duarte Pacheco, deputado do PSD, apontou, no entanto, que “quando o cobertor é pequeno, alguma parte do corpo fica a descoberto”, dando como exemplo o valor recorde da despesa que ficou cativada em 2016 que “acabou por degradar a qualidade dos serviços públicos”.

Duarte Pacheco criticou as opções do Governo e, designadamente do ministro das Finanças, que estão a colocar em risco e a minar a credibilidade, a segurança e o funcionamento normal de serviços vitais do Estado (saúde, educação, proteção civil e forças armadas). O deputado do PSD referiu-se, em concreto, à desorganização no combate aos fogos, ao assalto recente aos paióis de Tancos, à falta de carruagens nos transportes públicos e ao caso da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, cuja presidente afirmou não ter verbas para pagar salários em dezembro e para as realizar as inspeções que pretendia.

“São o resultado das vossas opções. O que está a acontecer em Portugal, para satisfazer algumas clientelas, põe em risco o Estado. Agora estamos a atingir a rutura nalguns serviços, por vossa responsabilidade”, considerou.

O deputado insistiu na retratação pública do ministro das Finanças sobre as acusações e a “tese injuriosa” construída contra os anteriores membros do Executivo, referentes a transferências para paraísos fiscais e desmentidas por uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças.

“Gostava que o senhor ministro pedisse desculpas pelas insinuações que fizeram”, disse Duarte Pacheco, fazendo um reparo à forma como o Governo está a tratar a administração dos problemas do País, furtando-se a assumir as consequências das suas próprias ações e decisões. “De facto, já estamos habituados que neste Governo ninguém assume responsabilidade nenhuma”, rematou.

Também o deputado Duarte Marques se referiu aos “quase mil milhões de euros em cativações, que era o tal caminho alternativo que o Governo encontrou para cumprir o défice”, em audição ao ministro dos Negócios Estrangeiros. “Deixaram este País mais inseguro e os seus serviços públicos mais depauperados”, acrescentou.

“Assistimos a um colapso do Estado”, reiterou. Com “este caminho, que o PSD várias vezes avisou que não era o correto, agora temos o resultado destas cativações, na área da segurança e da defesa, com a complacência dos partidos que fazem parte desta coligação”, denunciou o social-democrata.

Sobre a Agência Europeia do Medicamentos (EMA), Duarte Marques acusou o Governo de ser “o principal responsável pela polémica” criada. “A forma atabalhoada como recuou é a principal responsável pela fragilidade da candidatura portuguesa”, disse. “O Governo deu várias justificações que, raramente, corresponderam à verdade”, afirmou, referindo-se, ainda, ao facto de outras cidades se terem sentido “defraudadas”.

Reforma florestal: Governo quer, ou não, consenso?

“As pessoas não querem cosmética legislativa”, afirmou esta quarta-feira Álvaro Batista em audição à ministra da Administração Interna no Grupo de Trabalho sobre Reforma da Floresta. Em contrapartida, “querem que seja reduzido o número dos incêndios e que acabe o aligeirar das responsabilidades”.

Lembrando que “a pressa costuma ser má concelheira”, o deputado social-democrata desafiou o Governo a “parar, pensar, conversar, decidir bem e começar a cumprir a lei”. Segundo referiu, “legislação sobre floresta e ordenamento territorial já temos com fartura”, por isso é necessário, sim, que comece a ser cumprida.

Álvaro Batista solicitou à ministra que explicasse o motivo pelo qual “as leis não se cumprem com este Governo”. “Se não consegue cumprir a legislação que tem para que quer legislação nova?”, perguntou.

De acordo com o social-democrata, a generalidade das entidades ouvidas no grupo de trabalho “afirmaram que as medidas de ordenamento que já existem são suficientes se forem cumpridas”. Alertou, ainda, que “é essencial que a floresta seja produtiva, porque o ordenamento ou é pago pela própria floresta, que gera rendimento, ou então são os impostos dos portugueses que têm de custear as despesas”. Esta constatação levou Álvaro Batista a perguntar: “um Governo que não tem dinheiro para pagar às associações de bombeiros o que lhes deve, como vai arranjar dinheiro para pagar o ordenamento florestal se tivermos uma floresta que não é rentável?”.

“Este Governo quer ou não consensos sobre a reforma da florestal?”, questionou. “Se quer porque partimos para uma discussão com um acordo prévio subscrito entre dois partidos da atual solução governativa [sobre o eucalipto]”, continuou. “O Governo diz que fez 12 diplomas, vieram cinco à assembleia, relativamente aos outros não querem consenso?”, acrescentou, referindo que continuam a aguardar pelos contributos do ministro da Agricultura.

Reforma da floresta deve ser séria e ponderada

A reforma da floresta deve ser séria e ponderada, pelo que não deve haver pressas nem precipitações, como fazem o Governo e os partidos de esquerda. Nas audições ao grupo de trabalho para a reforma da floresta, esta terça-feira, no Parlamento, Álvaro Batista, deputado do PSD, alertou para a necessidade deste processo avançar com sensatez, sem demagogias. “As boas leis fazem-se com tempo, com ponderação. A pressa costuma ser má conselheira”, disse.

É preciso assegurar que floresta tenha rentabilidade, afirma Álvaro Batista. “Um Estado que não tem capacidade financeira para pagar aos bombeiros aquilo que lhes deve, dificilmente vai ter capacidade para sustentar uma floresta que não é rentável”, refere.

Mais importante do que fazer novas leis é assegurar o cumprimento das que estão em vigor, em muitos casos leis inovadoras, mas que são ignoradas. A esse propósito, o deputado Luís Pimentel assinalou que, de facto, “há muita legislação referente à floresta e ao combate aos incêndios, mas não é aplicada na prática”.

Luís Pimentel colocou, ainda, algumas questões concretas à comunidade científica: “relativamente à municipalização, o que pensam dos pareceres das câmaras municipais serem vinculativos para ações de arborização e de re-arborização que ocorram nos espaços florestais? O que pensam do facto de a autoridade florestal não ter o papel vinculativo e de gestor primordial no caso dos planos municipais de defesa contra incêndios?”

Investigadores universitários, municípios, associações de agricultores, representantes dos bombeiros, industriais da fileira florestal, cooperativas de produtos florestais e dos baldios estiveram dia 5, na Comissão de Agricultura e Mar, a partilhar contributos e propostas para a reforma da floresta. As conclusões do grupo de trabalho serão vertidas em diplomas, apresentadas e votadas até 19 de julho, último dia da sessão legislativa.



Governo criou mais 16 mil precários

A proposta do Governo de regularização extraordinária dos vínculos precários, é “demagógica, eleitoralista e oportunista” e irá “prejudicar a Administração Pública e os próprios trabalhadores”, afirma Carla Barros, deputada do PSD, apontando os fracassos na proposta do Executivo e referindo o facto de este Governo ter aumentado em mais de 16 mil o número de precários.

A proposta do Executivo está isolada de uma necessidade fundamental: a reforma da Administração Pública, tornando a máquina do Estado moderna e mais próxima dos cidadãos e das empresas. Em dois anos, afirma Carla Barros, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social “não apresentou um diagnóstico das necessidades de recursos humanos” no setor público.

O Governo não está a falar verdade: entre os 116 mil trabalhadores precários identificados, a integração foi nula. Com base no Relatório-síntese de Emprego Público, “desde o primeiro dia da tomada de posse”, o Governo “criou mais 16.462 trabalhadores precários”. Ora, o ministro que anuncia um plano de combate à degradação das condições de trabalho “é o mesmo ministro, o mesmo Governo, o mesmo rosto que aumenta a precariedade, em vez de a reduzir”. “O senhor

ministro prometeu que iria integrar um a um dos 116 mil trabalhadores”, denunciou Carla Barros.

A deputada social-democrata lembrou que o anterior Governo integrou 4 mil professores, ao passo que o Executivo PS vinculou 100 professores.

O PSD demarca-se, por isso, de um discurso enganador e corroborado por todos os partidos de esquerda, forças políticas radicais que se vangloriam de “serem os donos dos direitos dos trabalhadores”.

Carla Barros realçou que o “PSD estará sempre convictamente do lado do combate à precariedade”.

Há risco de rutura na urgência pediátrica de Évora

Há risco de rutura na urgência pediátrica do Hospital Espírito Santo de Évora (HESE), durante o mês de julho, por causa das limitações na contratação de médicos pediatras. O PSD considera o risco como inaceitável e exige esclarecimentos ao ministro da Saúde.

“Tal como temos vindo a denunciar, está ser concretizado o maior desinvestimento da área da Saúde de que há história”, acusa o deputado António Costa da Silva. “Não podemos ficar à espera que aconteça uma desgraça”, afirma.

A denúncia para o risco de rutura foi prestada por um conjunto de médicos do HESE (ver caixa). António Costa da Silva enaltece a atitude dos profissionais de saúde. “Apesar dos silêncios das esquerdas e da incompetência do Governo sobre esta matéria, felizmente os nossos médicos, os nossos enfermeiros e todos os que trabalham e que se importam com o sistema de saúde, não se calam. Ainda bem que é assim”.

Denúncias de médicos do HESE

- As limitações na contratação de médicos pediatras para o serviço de urgência levam a que durante o mês de julho não exista pediatra escalado em oito períodos de 12 horas.

- Esta situação é do conhecimento do Conselho de Administração do Hospital.

- Se esta situação não for resolvida atempadamente, não existindo pediatra na urgência de pediatria, todas as situações que ocorram a este serviço terão de ser enviadas para outros hospitais da região ou fora da região, com todos os problemas e riscos que daqui resultam para as crianças, jovens e suas famílias.



- A urgência tem vindo a ser assegurada pelos pediatras do serviço, fazendo muitos mais períodos de urgência e, consequentemente, mais horas extraordinárias do que a Lei permite.

- Esta situação arrasta-se há mais de um ano, comprometendo o funcionamento do serviço com prejuízo do trabalho noutros setores (ou se está na urgência ou se faz consultas).

- É emergente desbloquear a contratação de médicos tarefeiros para o serviço de urgência, bem como a contratação de novos pediatras para o quadro, permitindo a integração de pediatras jovens que possam desempenhar estas tarefas e dar continuidade ao trabalho diferenciado que se faz no serviço de pediatria do HESE.

PSD pede esclarecimentos sobre aumento de vítimas nas estradas

As vítimas mortais nas estradas portuguesas aumentaram 23% no primeiro semestre de 2017. Neste contexto, o PSD pediu esclarecimentos à ministra da Administração Interna pretendendo apurar os motivos pelos quais o Governo tardou em tomar medidas de combate à sinistralidade rodoviária e as iniciativas decididas, após apuramento dos primeiros resultados negativos.

O Governo já tinha tido conhecimento do balanço em 14 de junho quando, na sequência de uma reunião do Conselho de Segurança Rodoviária, decidiu acelerar a entrada em funcionamento do SINCRO – Rede de radares rotativos.

O PSD pretende, ainda, saber qual é a causa (ou causas) do aumento registado e como vai o Executivo conter este aumento de vítimas mortais nas estradas portuguesas.



Governo, BE e PCP sem coragem para assumirem cortes



O Governo cativou mil milhões de euros, mantém pagamentos em atraso na saúde, cirurgias são adiadas, na educação é o facilitismo, e nos transportes o serviço às populações degrada-se. Uma “austeridade manhosa”, em que o Estado falha na proteção das pessoas e bens.

“Desafio o senhor ministro das Finanças”, disse Luís Montenegro na sexta-feira, no debate parlamentar sobre a “falta de transparência nos cortes de despesa”, a enviar “ao parlamento” as cativações em 2016 e que “mostre aos portugueses, qual foi o programa, o serviço e o organismo que deixou de fazer aquilo que estava planeado. O Orçamento de Estado não pode ser letra morta”, explicou.

O líder parlamentar recordou que o PSD teve “muita honra em ter governado o País com verdade e transparência”. Tal como salientou, “quando tivemos que assumir as nossas medidas, viemos aqui retificá-las”. Com este Executivo, “os serviços públicos foram abandonados”, denunciou e referindo-se às bancadas do governo, PS, BE e PCP, o presidente do grupo parlamentar, acusou ainda “os senhores que bateram palmas a estes cortes tenham o peso na consciência de serem os responsáveis por esta austeridade manhosa que prejudica a vida dos cidadãos”.

O debate, convocado pelo PSD, quis recordar “a transparência que havia e já não há, naquilo que toca à gestão das Finanças Públicas”. Lembrou que, “na vigência do governo anterior, quando havia alterações da política orçamental com relevo, essas alterações não eram escondidas, nem dos portugueses, nem do Parlamento”. As alterações “eram assumidas, discutidas e aprovadas no órgão que aprova o Orçamento, que é a Assembleia da República”.

Portugueses estão perante “uma austeridade manhosa”

Acusou o atual Executivo de ter alterado a sua “política orçamental, depois de verem goradas as vossas expectativas sobre a vossa estratégia, com a economia a crescer menos do que aquilo que previam, com o consumo a crescer muito menos do que previam”. Montenegro afirmou que o défice de 2% do PIB foi atingido, “porque tiveram uma posição mais favorável, não tiveram de o descer de 11% para 3%”. Perguntou “mas como é que completaram as políticas orçamentais para atingir o défice?”, para depois responder: “cortando cegamente na despesa”. Apesar de o terem feito, “não tiveram, nem durante 2016, nem agora

em 2017, a coragem de assumir perante o País aquilo que fizeram”, denuncia.

Para Luís Montenegro, os portugueses estão perante “uma austeridade manhosa” que quem governa não assume. “Custa muito ver o PCP e o BE aplaudirem esta austeridade e aquilo que se passa em Portugal: ver os serviços públicos à míngua, a acumularem pagamentos em atraso, a diminuírem a prestação e a qualidade do serviço, com tudo isso a chegar à vida quotidiana das pessoas”.

“Senhores de toda a esquerda, não venham com a desculpa dos governos anteriores”

“Não nos vamos calar perante esta falta de transparência”, salientou António Leitão Amaro, deputado, ao abrir o debate, em nome do PSD. Acusou o Governo de “cortes no investimento público”, de promover “cativações”, com a “assinatura do PCP e o BE” que, contudo, “bem tentam fugir”. “Senhores de toda a esquerda, não venham com a desculpa dos governos anterior”, disse o social-democrata, “bem sabemos que andam a tentar provar que aconteça o que acontecer, quando acontecer, a culpa é sempre do governo anterior”.

O atual Executivo governa “há quase dois anos” com “cativações permanentes” e os cortes “mais altos de que

há memória”. Acusou, assim, o Governo de “má gestão” e de ter contribuído para a maior redução do investimento público “em democracia”.

“Durante mais de ano e meio cantaram-nos um milagre cativante”, ironizou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD. Insistiram na “conversa da página virada, da alternativa sem sacrifícios, das devoluções sem custos”. Contudo, coube aos portugueses pagar “essa mentira na bomba de gasolina” ou quando “andavam entre a espera e o desespero nos serviços públicos”.

“Final onde estão os mil milhões?”

António Leitão Amaro reforçou que, de acordo com Direção-Geral do Orçamento, “em 2016, este Governo fez mil milhões de euros de cativações, enquanto uma romaria de ministros vinha aqui ao Parlamento dizer não haver cativações, na educação, saúde, defesa ou segurança”. O deputado perguntou, por isso, “final onde estão os mil milhões?”. Definiu-os como “cativações escondidas, com um enorme rabo de fora”, motivo pelo qual o PSD reitera que continuará a denunciar a falta de transparência de quem governa o País. “Não nos podemos calar, porque estes cortes afetam a vida das pessoas”, justificou.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, afirmou que “no último ano vimos agravarem-se as funções do Estado, as sociais e as estruturais”. Só nas últimas semanas, “o Estado falhou naquilo que mais esperam os cidadãos: a sua proteção e segurança”. Destacou que “o colapso do sistema de Proteção Civil resultou na maior tragédia humana, nos incêndios de Pedrógão Grande”. Recordou, também, o “colapso no sistema de defesa [que] resultou num gravíssimo roubo de armas muito perigosas dos paióis do exército”.

“Ministros desorientados e o primeiro-ministro desaparecido”

Nos últimos dias, têm-se evidenciado “o descontrolo, a degradação de autoridade, a descoordenação”, com “ministros desorientados e o primeiro-ministro desaparecido”. António Leitão Amaro denunciou, ainda, que comandos da Proteção Civil foram “mudados a meses do início da época de combate para satisfazer, se calhar, alguns amigos”.

De acordo com o social-democrata, os números apresentados pela Conta Geral do Estado “falam contra a propaganda” feita pelo ministro das Finanças. “Há, sim, cortes. Afetam as pessoas, os serviços e fragilizam o Estado”, reforçou, inquirindo: “porque é que os escondem?”. Afirmou ser tempo de “finalmente serem transparentes e de assumirem a vossa [do Governo] falsa alternativa perante as pessoas”.



“O País tem o direito a saber” o motivo das exonerações



O Partido Social Democrata manifestou “a sua enorme estranheza pelo momento político em que as demissões de três secretários de Estado são conhecidas”, afirmou Carlos Abreu Amorim, reagindo às notícias que deram conta da exoneração dos secretários de Estado da Internacionalização, dos Assuntos Fiscais e da Indústria. “O País tem o direito a saber porquê”, refere.

Recordando que as viagens ao Euro 2016 a convite da Galp aconteceram “há um ano”, desde então “não compreendemos o que é que se alterou” para que as demissões ocorram agora, disse o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD. “Na altura, o Governo disse que ia fazer um código de conduta e, portanto, estaria resolvido”, lembrou, acrescentando: “se estas razões, que aconteceram há um ano, levam a demissões, provavelmente já poderiam ter acontecido”. Perguntou, por isso, se “afinal o código de conduta não serviu para nada” e se “está, neste momento a ser aplicado”. Esclareceu, assim, que “na altura foi-nos dito que estava tudo resolvido e que não se devia falar mais no assunto”.

Em reação às notícias vindas a público, o social-democrata reforçou que “não se compreende” o motivo pelo qual se procedeu, só agora, à exoneração dos secretários de Estado. “Não sabemos se foi algum ‘focus group’ ou alguma técnica de marketing político que aconselhou que fosse, exatamente, este o momento”, afirmou.

“É a vez de o PSD fazer perguntas”, salientou. “Se há razões que têm que ver com uma eventual investigação judicial, elas têm de ser esclarecidas. Se há razões de ordem política ou ética que fazem com que, neste momento, esta situação seja tão grave, o PSD julga que o País tem o direito a saber porquê”, reforçou.

Destacando que “o PSD não pede a demissão de governantes”, Carlos Abreu Amorim reiterou a necessidade de se perceber o que está a acontecer, uma vez que a informação dada “é parcial”, “não esclarece” e “até levanta dúvidas”.

Mecanismo extrajudicial para indemnizações

“Considerando a especial exceção da situação das vítimas mortais e feridos graves dos incêndios de 17 a 24 de junho”, o PSD enviou aos vários grupos parlamentares uma proposta legislativa cujo objetivo é a criação de “um mecanismo extrajudicial de caráter urgente que possa oferecer uma reparação aos herdeiros das vítimas mortais e aos feridos graves”, referiu Carlos Abreu Amorim.

De acordo com o deputado, “o Estado, independentemente das responsabilidades concretas que vierem a ser apuradas, não pode esperar que as regras normais se apliquem numa situação de grande exceção e urgência”. Carlos Abreu Amorim acrescentou que o PSD antecipava “que estas respostas iriam ser oferecidas por parte do Governo”, contudo, tal não sucedeu. Os deputados perceberam, esta quinta-feira, “pelo comunicado do Conselho de Ministros” que o Governo não tinha uma solução expedita.

Luis Montenegro, líder parlamentar, dirigiu assim uma carta a todas as bancadas, através da qual destacou que “este esforço pode e deve obter o maior consenso possível”.

Caberá a uma comissão desenvolver o mecanismo proposto pelo PSD, sendo presidida por um juiz desembargador e contando com representantes do Conselho Superior da Magistratura, da Provedoria de Justiça e do Instituto de Seguros de Portugal. Carlos Abreu Amorim explicou, ainda, que “será o Ministério da Justiça que terá de fornecer todo o apoio logístico à criação e ao funcionamento da comissão”. Sobre a verba, “isso é um assunto que não compete ao projeto de lei, o Estado saberá de onde virá”.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

PSD explica o não no dia 8 de Novembro

Nem Primeiro-Ministro nem ministro do Plano sabem quanto custaria a regionalização

- Todos os dias mudam os milhões de contos que os Portugueses iriam pagar
- Deputados socialistas já querem mudar mapa das oito regiões
- As regiões não teriam poderes para executar obras
- Ninguém sabe onde ficariam as capitais
- As regiões mais ricas ficariam mais ricas e as mais pobres, mais pobres

página 5

Carne de vaca portuguesa proibida na Europa

Governo não tem força para impedir injustiça de Bruxelas

página 5

PSD pede auditoria ao Tribunal de Contas

Buraco na saúde já ultrapassa 150 milhões de contos

página 9

Promessa concretizada na Assembleia da República

PSD defende reforço das Câmaras das Freguesias e das Associações de Municípios

páginas 6 e 7

Edição n.º 1165 do "Povo Livre", de 28 de outubro de 1998. Manchete: "PSD explica o não no dia 8 de Novembro: Nem Primeiro-Ministro nem ministro do Plano sabem quanto custaria a regionalização". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 Julho de 2017 (quarta-feira), pelas 20h30, na sede sita na Avª Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do relatório de contas 2016
2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2017
3. Análise da situação política

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loulé, para reunir, no próximo dia 28 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Dar parecer sobre as candidaturas autárquicas às próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD
2. Outros assuntos

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Monchique, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Gomes de Avelar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política
2. Eleições Autárquicas 2017
3. Outros assuntos de interesse concelhio

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia para reunir no próximo dia 21 Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Avª 1º de Maio, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Eleições Autárquicas 2017
3. Outros assuntos considerados pertinentes pela Mesa.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política nacional e local
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos locais e aprovar o Programa Eleitoral (artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir, no próximo dia 20 de Julho de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – sala 14, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais e votar o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política
2. Análise da situação política
3. Informações



VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila Real para reunir dia 22 de Julho, pelas 15h00, na sede do PSD de Vila Real, sito na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Aprovação dos candidatos da JSD a integrar as listas do PSD às eleições autárquicas de 2017;
3. Outros assuntos.

NESD DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Coimbra, a reunir, em Plenário Eleitoral, no próximo dia 15 de Agosto de 2017 (terça-feira), pelas 16 horas, na Sede do PSD/JSD Coimbra, situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – 3000-350 Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Coimbra, Mesa do Plenário e Comissão Política.

Notas:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua estatutariamente até às 23h59m do terceiro dia útil anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/JSD Coimbra, situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 – 3000-350 Coimbra, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de 4 horas, entre as 17h e as 21h.

MESA DO CONGRESSO NACIONAL JSD DISTRITAL BRAGA

No âmbito da realização do processo eleitoral da JSD Distrital de Braga foi detetado que, por manifesto lapso, as eleições de delegados das concelhias de Vieira do Minho e de Vila Nova de Famalicão não foram corretamente convocadas, uma vez que a referência a ambas as concelhias não é devidamente clara na publicação. Apesar de se depreender claramente que as eleições foram convocadas para todas as concelhias, e que o próprio rateio incluía todas as estruturas territoriais, não é razoável que se crie qualquer tipo de suspeição num processo que se quer transparente, de acordo com os estatutos e o regulamento eleitoral.

Face à situação descrita delibera-se pelo cancelamento do processo eleitoral da JSD Distrital de Braga, com efeitos imediatos conforme transmitido por mail às estruturas concelhias a 4 de julho, ficando sem efeito a realização dos atos eleitorais nas concelhias a 7 de julho e o congresso distrital a 15 de julho, tal como os atos relacionados com estes.

José Filipe Baptista

Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD